



## **A IMPORTÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DO POVO (F.A.R.P.) NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU**

Patricia Gomes<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Apresenta-se um contexto histórico da tomada de poder por parte dos portugueses em Guiné Bissau, e a resistência da comunidade daquele país. O texto apresenta a organização do povo e a criação das “Forças Armadas revolucionárias do Povo (F.A.R.P.)”. O texto expõe a organização deste movimento revolucionário local.

**Palavras-chave:** Guiné Bissau; resistência política; F.A.R.P.; biogrupo

## **LA IMPORTANCIA DE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE LAS PERSONAS (F.A.R.P) LA LUCHA POR LA LIBERACIÓN DE GUINEA-BISSAU**

### **Resumen:**

Se presenta un contexto histórico de la toma del poder por los portugueses en Guinea Bissau, y la resistencia de la comunidad de ese país. El texto presenta la organización del pueblo y la creación de las "Fuerzas Armadas Revolucionarias del Pueblo (F.A.R.P)". El texto describe la organización del movimiento revolucionario.

**Palabras-clave:** Guinea-Bissau; la resistencia política; FARP; biogrupo

---

<sup>1</sup> Investigadora de História e Instituições da África na Universidade de Cagliari (Itália). Conduz pesquisa sobre o processo da descolonização, nacionalismo e condição da mulher na África lusófona, em particular Guiné-Bissau e Cabo-Verde ([gomes@unica.it](mailto:gomes@unica.it); [patuxagomes@gmail.com](mailto:patuxagomes@gmail.com)).

## A organização militar do P.A.I.G.C. entre 1963 e 1964

Em 1963 o P.A.I.G.C. apresentava uma organização apreciável em termos militares, sendo já nessa altura nitida a articulação entre as acções políticas e as acções militares. O *Plano de Acção e Organização* elaborado em 1962<sup>2</sup>, definiu o esquema geral de uma estrutura militar, que previa dois tipos diferentes de grupos armados de guerrilha<sup>3</sup>: de área (territoriais) e móveis (de intervenção). Estes grupos constituíram a unidade elementar, de cuja associação foram resultando unidades de escalão superior. No final de 1962, esses grupos já estavam suficientemente armados para enfrentar a máquina colonial portuguesa. No entanto, a partir de que momento o P.A.I.G.C. começou a pensar realmente numa estrutura militar bem organizada? Vejamos a opinião de alguns dos protagonistas no processo. De acordo com Júlio César de Carvalho<sup>4</sup>, “...como se sabe, tudo foi feito fundamentalmente por Cabral, para forçar o Governo colonial português a um diálogo sobre a situação da Guiné e de Cabo-Verde, colónias na altura, ou se quiser a designação oficial que tinham de “Províncias Ultramarinas”. Houve uma recusa total para esse diálogo e frente a essa situação, de facto, o único recurso possível foi a luta armada. A partir desse momento, como é evidente, começou-se a pensar na constituição e preparação das forças para essa luta, primeiramente guerrilha, e progressivamente foi-se criando, diria, as condições para o surgimento do Exército Popular que acabou por fazer a parte final da luta”. Por seu turno, Luis Cabral afirmou que se deu-se um novo aspecto ao P.A.I.G.C. com o início da acção armada, isto é, “é a partir do congresso de Cassacá que as Forças Armadas começaram a ser constituídas por um exército regular, pela guerrilha e pela milícia popular. Até aí todos eram guerrilheiros. A partir daí é que se dá a separação e a criação das primeiras unidades do

---

<sup>2</sup> O Plano de Actuação e Organização Militar elaborado em 1962, foi o primeiro documento do P.A.I.G.C. no qual foi definido de forma clara a sua estrutura militar, numa perspectiva de se preparar para uma possível luta armada no futuro. (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-verde, *Plano de actuação e organização militar do P.A.I.G.C.*, Conacry: P.A.I.G.C., 1962, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Lisboa, GB-H-100).

<sup>3</sup> Guerrilha, etimologicamente, significa pequena guerra. Ver a este propósito LOUREIRO DOS SANTOS, *Apontamentos de História para Militares- Evolução dos Sistemas de Coacção- Apontamentos para a História da Subversão em Portugal*, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1985, pp.153-175. Sobre as características da guerrilha veja-se: SOUSA LARA, *A subversão do Estado*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPP), 1987, pp.192-197; MUCHIELLI, R., *La subversion*, Paris: CLC, 1976, p.65.

<sup>4</sup> Entrevista de Julio César de Carvalho, publicada em Godinho Gomes, P., *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*, L’Harmatta Italia “Lusitanica”, 2010, pp.246-260.

exército, que foram aliás preparadas pelo Amilcar pessoalmente. Isto foi um dos grandes feitos do Partido”<sup>5</sup>.

Em 1963, a partir das unidades de que já dispunha o P.A.I.G.C. e da contribuição de alguns quadros recém formados na China<sup>6</sup>, decidiu criar o Exército Popular, a Milícia Popular, encarregada da vigilância das áreas libertadas, e decidiu-se também proceder a uma reestruturação da guerrilha. No entanto, estes corpos foram formalmente criados só após o Congresso de Cassaca de 1964.

Uma das decisões importantes do Congresso de Cassacá de 1964 foi o da criação de um exército nacional capaz de substituir os grupos de guerrilha que vinham actuando desde 1963, e que já não se mostravam capazes de cumprir com os objectivos propostos pelo Partido, e que até então constituíam as forças principais<sup>7</sup>. A instauração de um braço armado bem organizado marcou, desta forma, o inicio de uma nova fase na Guiné em termos militares.

---

<sup>5</sup> Entrevista de Luis Cabral, publicada em Godinho Gomes, P., Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973), L’Harmatta Italia “Lusitanica”, 2010, pp.323-338.

<sup>6</sup> A República Popular da China foi o primeiro país que apoiou oficialmente o P.A.I.G.C. e os objectivos da luta armada na Guiné-Bissau. Foi em Pequim que os primeiros quadros militares do Partido receberam formação, entre eles, João Bernardo Vieira (Nino), Osvaldo Vieira, Pedro Ramos, Francisco Mendes, Rui Djassi, Hilário Rodrigues, homens esses que constituíam os primeiros recursos humanos devidamente formados do P.A.I.G.C. para a luta armada (“Organização Militar do P.A.I.G.C.”, *o Militante*, n. 2, 1962, Conacry: Serviços de Informação do P.A.I.G.C., 1962).

<sup>7</sup> John Cann refere que “no seguimento do insucesso do emprego de grupos de guerrilha durante o primeiro ano do conflito, Cabral reuniu o Congresso de Cassacá em Fevereiro de 1964 a fim de reorganizar o esforço de guerra e instaurar um exército nacional com as F.A.R.P. A sua organização foi tão eficaz que, como veremos nos capítulos seguintes, foi copiado pelos portugueses em 1968. Devido ao facto de os portugueses já terem demonstrado que não negociariam, a única opção de Cabral era vencer no campo de batalha. Ponderadamente, reuniu e pôs em prática os elementos adequados à guerra de guerrilha, em particular o da doutrinação política, de modo a atingir os fins do P.A.I.G.C.” [CANN, J. P., *Contra-Insurreição em Africa (1961-1974). O modo português de fazer a guerra*, Lisboa: Edições Atena, 1998, pp.50-53]. Existem todavia opiniões de militares que pertenceram ao corpo do exército do P.A.I.G.C, segundo os quais a existência da guerrilha constituiu uma necessidade especifica de um determinado momento, como por exemplo a opinio de Agnelo Dantas: “eu penso que a guerrilha é uma fase inicial da luta armada. Em qualquer movimento de libertação nacional, você começa com pequenas unidades, ainda não tem experiência, não tem gente bem formada, ainda não tem material suficiente. Então a guerrilha é um processo inicial da luta, que gradualmente foi exigindo novas organizações, organizações mais fortes. Tanto é que de guerrilha passou-se para as Forças Armadas. Ao fim e ao cabo, as Forças Armadas tinham a missão de fazer operações de maior envergadura, enquanto que a guerrilha continuava fustigando o inimigo nos diferentes pontos (...). Portanto eu penso que a guerrilha inicialmente foi meramente uma etapa da luta, que depois evoluiu com a formação das FAL, não se descurando a existência da guerrilha. Mas dessas pequenas guerrilhas instaladas nas aldeias formaram-se as Forças Armadas Locais, já com maior organização (...). A luta ia exigindo, de facto, uma melhoria constante. (Entrevista de Agnelo Medina Dantas Pereira).

### Da formação das F.A.R.P. à primeira reorganização de 1966

O Congresso de Cassacá de 1964 tomou decisões fundamentais a nível da organização militar do Partido. Júlio de Carvalho afirma que “foi na sequência do Congresso de Cassacá que surgiram as frentes, a frente norte, a frente sul e a frente leste, com os respectivos responsáveis militares; é a altura em que surge o Nino Vieira na frente sul, o Osvaldo Vieira na frente norte e o Domingos Ramos na frente leste (...). É a partir desse momento, nessa fase, que a luta ganha uma dimensão nova, em que se põe o problema da criação das áreas libertadas, e ainda falando no problema da defesa dessas áreas, na defesa das populações e da nova vida que se começava a gerar (...)”<sup>8</sup>.

Num documento publicado pelo P.A.I.G.C. em 1970, sobre as componentes das F.A.R.P., lê-se quanto à sua definição “as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.) são os homens e mulheres da Guiné e Cabo-Verde, militantes ou não do P.A.I.G.C. que, de armas nas mãos e devidamente organizados, lutam pela libertação total da nossa terra africana, pela defesa, segurança, integridade e progresso das regiões libertadas, pela realização completa do Programa do Partido, ao serviço do nosso povo. As F.A.R.P. são, portanto, no seu conteúdo, na sua actividade e nos objectivos da sua acção, um instrumento politico-militar do P.A.I.G.C., cuja função principal na situação actual do nosso povo, é a luta armada”<sup>9</sup>.

Nesta primeira fase da organização militar, a criação das unidades de um exército regular deu ilugar a um processo de quebra de equilíbrio de forças e demonstrou o sentido *agudo* da estratégia definida por Amílcar Cabral, isto é, “diversificar as nossas iniciativas contra as forças inimigas e adoptar progressivamente formas mais avançadas de combate”<sup>10</sup>. O exército regular, base da organização das F.A.R.P., era formado em 1964 fundamentalmente por unidades de guerrilha, divididas pelas três frentes de combate, cada uma das quais dispunha de um comando militar único.

No entanto, a partir de um determinado momento houve uma grande necessidade de reorganizar a estrutura das F.A.R.P. Porquê? Vejamos o quadro: houve o início da luta

<sup>8</sup> Entrevista de Julio César de Carvalho, *op.cit.*

<sup>9</sup> “Bases das F.A.R.P.”, in CABRAL, A., *Forças Armadas Revolucionárias do Povo-Bases e componentes (Vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo-Verde)*, Conacry: P.A.I.G.C. (Conselho de Guerra), 1970, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

<sup>10</sup> PEREIRA, A., *Balanço de vinte anos de luta (1956-1976)*, SãoVicente (Cabo-Verde): Edição da Direcção Regional de São Vicente, 1976, pp.20-21.

armada em 1963, houve o avanço vertiginoso da luta que levou à criação das primeiras áreas libertadas. Nessa fase, essa luta em termos militares passou a exigir uma maior capacidade das forças armadas, e conseqüentemente homens melhor preparados para, com a utilização de novas armas, procurar atingir a etapa sucessiva. Nesse momento, houve, por parte do Partido, alguma dificuldade em termos de recursos humanos que pudesse trazer um novo impulso à situação da luta armada; por outro lado, este novo quadro exigia uma nova organização que estivesse à altura de responder positivamente ao exército colonial. Ou seja, a fase da guerrilha tinha sido completamente ultrapassada. Deste modo, em 1966, procedeu-se à primeira grande reestruturação das Forças Armadas.

Em 1966, o P.A.I.G.C. publicava um importante documento sobre a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo<sup>11</sup>. Na sua introdução o documento diz expressamente que “como sabemos, temos necessidade de reorganizar as nossas Forças Armadas em todo o país. Essa necessidade resulta dos grandes progressos já realizados pela nossa luta armada e da necessidade maior de expulsar as forças colonialistas da nossa terra o mais depressa possível. A reorganização das nossas Forças Armadas deve ser feita com base na realidade concreta actual da nossa luta (nossa situação e situação do inimigo) e tendo em conta os meios materiais (material de guerra, possibilidades de abastecimento das nossas forças) e humanos de que podemos dispôr”. O primeiro problema considerado prioritário foi o da coordenação sectorial e regional em todas as frentes de combate. Havia que intensificar a comunicação e a troca de informações entre as várias frentes de luta e procurar coordenar as acções<sup>12</sup>.

Por outro lado, a centralização da direcção da luta foi uma das questões que a reestruturação das FARP deveria resolver, considerado indispensável, sem significar a perda de uma certa autonomia de cada frente de luta, considerada um dos princípios fundamentais. A nova organização das FARP deveria também responder a uma série de questões de foro puramente organizacional, consideradas fundamentais para o avanço

---

<sup>11</sup> CABRAL, A., *Para a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo- estudo da situação do inimigo, da nossa situação, e descrição da nova organização das F.A.R.P.*, Conacry: P.A.I.G.C., 1966, pp.5-8, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

<sup>12</sup> CABRAL, A., *Para a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo-estudo da situação do inimigo, da nossa situação, e descrição da nova organização das F.A.R.P.*, Conacry: P.A.I.G.C., 1966, p.9, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

técnico da luta armada, isto é,<sup>13</sup>: *“melhorar a organização das guerrilhas, embora mantendo a sua estrutura actual; implantação por bases, sob a direcção local do comando de sector e actuando em íntima cooperação com as unidades do exército do sector ou para aí destacadas em missão; proceder a uma redistribuição das bases, dando-lhes maior segurança e melhor posição estratégica no terreno (...); proceder a uma melhor redistribuição das nossas forças armadas (...), verifica-se que, quer a distribuição das guerrilhas dentro de cada sector ou região, quer a distribuição das unidades do exército no país, não corresponde já às necessidades da nossa luta.* Havia sectores e regiões que dispunham de bases de guerrilha com muitos homens, enquanto outras não tinham homens suficientes

A nova organização das FARP passou a ter a seguinte estrutura<sup>14</sup>:

a) as guerrilhas: as forças de guerrilha constituíram a divisão militar de base da organização militar do P.A.I.G.C. As unidades de guerrilha estavam agrupadas por bases, sem no entanto terem uma base central. Actuavam nas regiões a que pertenciam sob a direcção local do comando de sector, ou em cooperação com guerrilhas de outras regiões. Cada base de guerrilha deveria ter um mínimo de 32 homens e um máximo de 64, com dois dirigentes, um chefe militar e um comissário político;

b) as unidades do exército popular: estas unidades tinham uma organização irregular, isto é, eram formada segundo critérios diferentes, conforme a vontade ou interpretação dos responsáveis, o que gerava grande diferença entre unidades com o mesmo nome. Assim, na nova organização, a unidade base do exército continuou a ser o grupo, formado por 21 combatentes. No entanto, esses grupos, embora pudessem agir de forma isolada, a unidade mais pequena que podiam formar era o bi-grupo (dois grupos), cuja base deveria ter 44 homens distribuídos da seguinte forma: 1 comandante, 1 comissário político, e 2 grupos. Cada bi-grupo deveria ter ainda à disposição um morteiro (4 a 6 homens) e uma metralhadora pesada (4 homens). Assim, um bi-grupo completo contaria com um total de 52 a 54 homens. Ainda em relação ao grupo, em caso de necessidade, podia, de acordo com a nova organização, dividir-se em três sub-grupos, de 21 homens (esta

<sup>13</sup> CABRAL, A., *Para a reorganização, das Forças Armadas Revolucionárias do Povo- estudo da situação do inimigo, da nossa situação e descrição da nova organização das FARP*, Conacry:P.A.I.G.C., 1966, pp.5-6, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

<sup>14</sup> CABRAL, A., *Para a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Estudo da situação do inimigo, da nossa situação e descrição da nova organização das FARP*, Conacry: P.A.I.G.C., 1966, pp.9-12, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

subdivisão era feita apenas por uma questão de conveniência de organização, nomeadamente nos momentos de ataque. As unidades de exército eram as forças que agiam nas zonas para onde eram enviadas pelo comando respectivo. Tinham missões estabelecidas num determinado período de tempo e dedicavam-se sobretudo à libertação de novas áreas do território, à instalação da luta armada em zonas ainda sem guerra e ao ataque às casernas e acampamentos portugueses. Também eram responsáveis pelas emboscadas em colaboração com as guerrilhas que actuavam no plano nacional;

c) o Conselho de Guerra: era o órgão superior de direcção política do P.A.I.G.C., criado para dirigir a luta armada e tomar decisões a nível político sobre questões militares, composto pelo Secretário Geral do Partido e por cinco delegados permanentes junto das frentes;

d) os comandos da frente: em 1965, os chamados comandos militares únicos das inter-regiões passaram a designar-se Comandos Gerais do Norte e do Sul, e em 1966, com a reorganização, passaram a ser chamados Comandos da Frente<sup>15</sup>. A função destes comandos era a de controlar e coordenar as acções militares em toda a área sob a sua responsabilidade. Eram assistidos por dois delegados permanentes do Conselho Superior da Luta, principais responsáveis da luta perante o P.A.I.G.C., cujo papel era o de controlar, orientar e intensificar o trabalho dos comandos. Quanto aos seus membros, seja o responsável das operações que o comissário político e o responsável do controle e coordenação militar tinham as seguintes funções: responsável das operações - tinha a função de realizar e dirigir os planos para as principais acções armadas, estudar a situação estratégica geral na inter-região e a eficácia das tácticas usadas, conduzir as principais operações militares; comissário político- tinha a função de cumprir as palavras de ordem do Partido, responsável pela formação política dos combatentes, fazer respeitar os princípios do Partido, apreciar e decidir sobre as sanções a aplicar aos responsáveis militares que se desviassem da linha política do Partido, informar a direcção superior do Partido sobre o andamento da luta no terreno; responsável do controle e coordenação militar- tinha a função de manter e desenvolver as ligações permanentes entre as diversas zonas de luta, garantir a acção de coordenação das forças armadas nos diversos sectores e no decurso de cada operação principal, recrutar agentes entre as populações para obter informações sobre

---

<sup>15</sup> Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde, "A organização militar do P.A.I.G.C.", *O Militante*, n. 1, 1965, p.153, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), Lisboa, GB-II-12.

a situação do inimigo, as suas forças e os seus movimentos, responsável pelo bom cumprimento da disciplina militar.

A coordenação da luta no plano armado era assegurado pelos comandos das diversas frentes, cujos membros determinavam o bom andamento das operações, através de uma estreita colaboração entre os responsáveis pelas operações militares e os comissários políticos.

### **A nova organização**

Em 1970 o P.A.I.G.C. evoluiu para uma nova forma de organização militar. As razões que estiveram na base das alterações efectuadas foram fundamentalmente a necessidade de adaptar as estruturas militares à nova realidade militar criada pela luta armada. Às FARP impunha-se definir agora de forma concreta as funções de cada uma das suas componentes, as regras que deveriam orientá-las, e as suas acções. No relatório publicado pelo PAIGC em 1970<sup>16</sup>, foram estabelecidas as novas bases. Assim, o documento estabelece “as novas bases para as FARP (...) a natureza, a organização, o conteúdo e o tipo de acção que deve ter cada componente das FARP (...)”<sup>17</sup>. Assim, na nova estrutura encontraremos os seguintes agrupamentos: as Forças Armadas Nacionais (FAN) “a secção das FARP que têm por função a luta armada contra os colonialistas portugueses em todo o território nacional da nossa pátria africana na Guiné e em Cabo-Verde”. As FAN passaram a ser compostas pelo Exército Nacional Popular (EP), pela Marinha Nacional Popular (MP) e pelas Forças Armadas Locais (FAL). Vejamos em seguida cada um destes corpos.

O Exército Nacional Popular- a estrutura que este corpo apresentava após a reestruturação de 1966, manteve-se. A sua unidade base continuou a ser o bigrupo, embora o número de soldados por cada bigrupo tenha aumentado, por terem aumentado os tipos de armas de combate (nesta fase deu-se início à utilização dos SKS, das carabinas semi-automáticas e dos Bipés). Paralelamente, os bigrupos passaram a formar um corpo de exército cujo comando era constituído por um comandante e por um comissário político. O agrupamento de dois ou mais corpos de exército passaram a formar um exército. Cada

---

<sup>16</sup> CABRAL, A., *Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Bases e componentes (vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo-Verde)*, Conacry: P.A.I.G.C., 1970, Fundação Amilcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

<sup>17</sup> Ivi, p.1.

corpo do exército, na nova organização, passou a dispôr de unidades de infantaria e de artilharia, assim como de serviços especiais (abastecimento, informação, reconhecimento, telecomunicação, saúde). A constituição dos corpos do exército era de domínio secreto, e só poderiam ter conhecimento o Conselho de Guerra e o respectivo comando<sup>18</sup>. Relativamente às suas funções, o Exército Popular, para além das que já executava, passou também “a ajudar as Forças Armadas Locais na protecção das populações e das instituições do Partido das frentes em que agem, executar operações especiais que lhes sejam designadas pelo Conselho de Guerra, ajudar as populações nos trabalhos agrícolas ajudar as populações nos seus trabalhos toda a vez que isso seja necessário e possível”.

A novidade desta nova estrutura consistiu na criação da Marinha Nacional Popular (MP). Diz o relatório a propósito: “a Marinha Nacional Popular é a secção das Forças Armadas Nacionais destinada à luta armada contra os colonialistas portugueses nos mares e rios da Guiné e Cabo-Verde”<sup>19</sup>. A MP formava-se pelas unidades navais, de guerra, de transporte de que o Partido. passou a dispôr. A base da sua organização era a equipagem de uma unidade naval, dirigidas por um comandante e por um comissário político. Era dirigida por um Comité Nacional da Marinha (CNM), composto por um responsável das operações, um instrutor geral e assistente técnico, um comissário político, um responsável da segurança e um responsável pelo abastecimento. A função principal da Marinha era a de combater as unidades da marinha do exército colonial e servir o sistema logístico (protecção e transporte de homens e material). O Conselho de Guerra podia designar uma ou mais unidades da marinha para formarem uma escola de formação de quadros e marinheiros.

Um outro aspecto que surgiu nesta nova organização diz respeito à criação das Forças Armadas Locais (FAL), em substituição das milícias populares. As milícias populares foram criadas em 1964, com as decisões de Cassacá. Inicialmente a sua função era a de manter a ordem interna das áreas libertadas pelo P.A.I.G.C., na medida em que, como afirma Júlio de Carvalho<sup>20</sup>, “passámos a ter áreas libertadas, áreas onde as populações passaram a viver, tanto quanto possível (num clima de qualquer forma generalizado de guerra), organizando a sua vida de forma a satisfazer as suas necessidades fundamentais. O povo produzia, as crianças iam à escola, as estruturas que foram montadas, de natureza da

---

<sup>18</sup> Ivi, p.2.

<sup>19</sup> Ivi, p.4.

<sup>20</sup> Entrevista de Julio de Carvalho, *op.cit.*

organização da vida civil (os registos de nascimentos, e até os casamentos), tudo isso funcionava. A produção, o comércio, tudo isso ganhou corpo, ganhou estabilidade, embora num clima de guerra. Tudo isso necessitava de ser defendido. Daí que a primeira preocupação era essa, porque a função do exército em si, dos corpos do exército, dos bigrupos (foi a altura em que surgiram os célebres bigrupos) era eminentemente ofensiva, não era a de ocupar espaços e terrenos. Deveria ser eminentemente móvel, à procura do inimigo, e daí uma função ofensiva. A primeira questão. Mas a segunda questão, em que as milícias passaram também a cumprir um papel extremamente importante de apoio ao exército, aos corpos do exército, aos bigrupos, que actuavam em determinadas áreas, em determinados sectores. Aí as milícias apoiavam. Apoiavam em tudo o que dizia respeito ao transporte do material de guerra (munições, armamento), de produtos alimentares para as forças no terreno, e progressivamente, à medida que a luta foi avançando, à medida que as forças armadas foram avançando para um novo tipo de luta com a utilização da artilharia (artilharia ligeira, artilharia de longo alcance), foram necessitando de apoios para o transporte desse material pesado. Isso progrediu até passarmos a integrar elementos das unidades das milícias directamente nas operações. Isso para dizer que, efectivamente as milícias tiveram uma evolução em termos da sua participação nas acções militares, acabando por integrar e agindo quase em pé de igualdade com as forças militares vocacionadas de facto para a ofensiva (...). De forma que, foi indiscutivelmente uma medida que, para além de oportuníssima e absolutamente necessária, acabou por significar na prática um apoio fundamental às FARP, para o cumprimento das suas funções”.

As milícias constituíam, por outro lado, um instrumento ao serviço dos tribunais populares e dos comités de tabanca. Muitas mulheres fizeram parte das milícias, e quando elas evoluíram para as Forças Armadas Locais (FAL) e integradas nas FARP, passaram a cumprir missões de guerra. Das FAL podiam fazer parte professores, alunos, médicos, membros dos vários comités, portanto elementos da população civil. Este corpo tinha três grandes direcções locais: a nível do conjunto das regiões libertadas do sul e do norte, a nível das restantes regiões e a nível da zona, todas elas assistidas por um responsável da segurança (comandante), por um responsável militar (adjunto do comandante), por um responsável político (comissário político) e por um responsável social e cultural (logística). Era a partir destas direcções que as acções das FAL eram executadas.

As FAL organizavam-se a partir das zonas, e a sua unidade de base era o grupo formado por 18 homens comandados por um chefe militar e armados da seguinte forma: 1 comandante com PM, 2 bazokeiros, 3 atiradores de bipé, 3 municidores com carabina, 5 assaltantes com PM, 5 atiradores com carabina. Os grupos, unidades de base das FAL organizavam-se por tabancas ou por conjuntos de tabancas (militantes da população), e por área de actividade no seio do Partido (funcionários).

Dentro da estrutura interna das FAL existiam agrupamentos armados de mulheres, que se organizavam em grupos de 18 membros e formavam os chamados *destacamentos femininos*<sup>21</sup>.

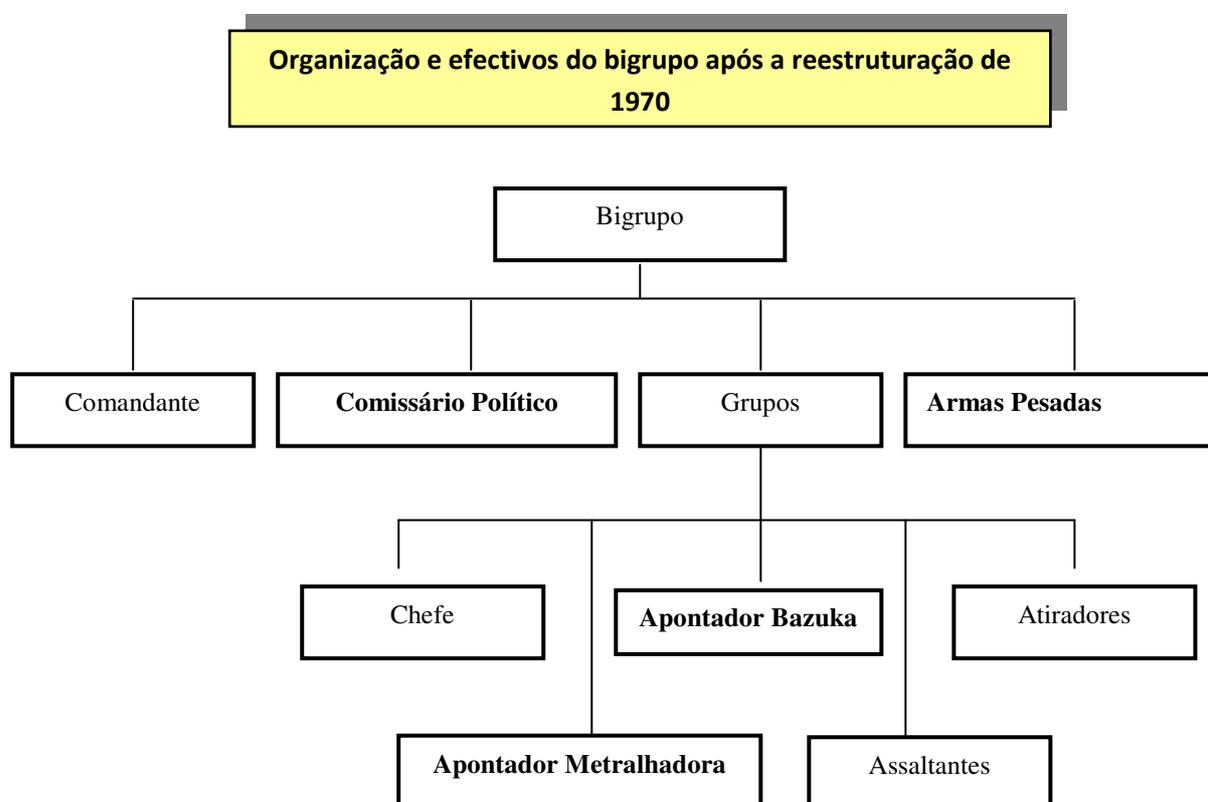


Fig.1: Organização das unidades militares após a reestruturação das F.A.R.P., em 1971  
 Fonte: Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), Lisboa.

<sup>21</sup> Estes grupos organizados por mulheres armadas, quase sempre adjuntas, estavam contudo sujeitas à autoridade de militares homens, quase sempre comandantes. (“Das Forças Armadas Locais”, in CABRAL, A., *Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Bases e componentes (vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo-Verde)*, Conacry: P.A.I.G.C. (Conselho de Guerra), 1966, p.2, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

O bigrupo foi a unidade de base da organização militar do P.A.I.G.C. Cada uma das unidades era formada por 38 guerrilheiros distribuídos da seguinte forma: 1 comandante com PM, 1 comissário político com PM, 2 chefes de grupo com PM, 4 bazzoqueiros, 6 atiradores de Bipé, 12 assaltantes com PM e 12 atiradores com SKS<sup>22</sup>.

O bigrupo foi um desenvolvimento subsequente do Congresso de Cassacá de Fevereiro de 1964. Foi formado pela combinação de dois dos três grupos que formavam a unidade básica de vinte e um homens. O tamanho da unidade consistia em cerca de vinte a vinte e cinco homens. O bigrupo podia, no entanto, ser dividido e cada um dos grupos podia operar de forma independente. Embora raramente concentrados em grandes números devido à vulnerabilidade ao ataque aéreo, tinham flexibilidade potencial para serem reunidos em unidades de 200 a 300 homens.

### **As principais conquistas militares do P.A.I.G.C.**

A primeira conquista militar significativa do P.A.I.G.C. sobre as forças portuguesas foi levada a cabo em Fevereiro de 1964, na ilha de Como. A vitória da batalha de Como<sup>23</sup> deu um novo conteúdo às forças militares do Partido, tendo dado a verdadeira dimensão da capacidade de resistência em combate e a determinação em defender as regiões libertadas<sup>24</sup>. A derrota do exército português em Como condicionou a sua posterior acção política, e revelou a justa dimensão das novas responsabilidades que os dirigentes do P.A.I.G.C. tinham que assumir no futuro.

No relatório sobre o desenvolvimento da luta armada de 1964<sup>25</sup>, são referidos os aspectos essenciais daquele acontecimento que se tornou histórico para o P.A.I.G.C., isto é, “retomar a ilha de Como tornou-se no princípio de 1964 necessidade fundamental - mesmo vital - no âmbito dos planos políticos e militares das autoridades portuguesas. E isto porque, em primeiro lugar esta ilha era a plataforma estratégica indispensável à reconquista e controlo efectivo do sul libertado. Por outro lado, dado os efeitos que tal reconquista teria

---

<sup>22</sup> CABRAL, A., *Forças Armadas Revolucionárias do Povo-bases e componentes (vamos reorganizar e melhorar a acção das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo-Verde)*, Conacry: P.A.I.G.C. (Conselho de Guerra), 1970, p.3, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

<sup>23</sup> Como é a ilha que se situa em frente a Bissau. Constituiu a primeira parcela do território a ser libertado pelas forças do P.A.I.G.C.

<sup>24</sup> PEREIRA, A., *Balanço de...*, p.15.

<sup>25</sup> CABRAL, A., *Relatório sobre o desenvolvimento da luta de libertação na Guiné e nas ilhas de Cabo-Verde*, Conacry: P.A.I.G.C. (Bureau político), 1964, p.2, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-Verde).

no plano político-sobretudo entre o nosso povo-dado que a população desta ilha, como a da zona de Morés, era conhecida em todo o país pela sua tenacidade na luta e dedicação à causa do nosso Partido (...). Após setenta e cinco dias de combate conseguimos fazer recuar as forças inimigas em direcção ao mar inflingindo-lhes a mais dura derrota da história colonial portuguesa e as mais pesadas baixas em vidas humanas (...).”

A vitória de Como representou para o P.A.I.G.C. a tomada de consciência da própria capacidade militar e da justeza das estratégias e táticas utilizadas. Por outro lado, alcançada em plena estação seca, a vitória de Como confirmou a tese de que a época das chuvas não era necessariamente a melhor para intensificar a luta. Esta constatação permitiu um melhor aproveitamento das energias no decorrer da estação das chuvas (Junho-Novembro), nomeadamente o desenvolvimento de algumas culturas agrícolas.

Por seu turno, a segunda derrota sofrida pelas tropas coloniais em Como causou grande desmoralização no seu seio e agravou as contradições e conflitos já existentes, que se manifestaram claramente através das sublevações nos quartéis e da destituição de toda a direcção civil e militar em Bissau.

Em 1969 as FARP consolidaram algumas posições importantes do território nacional. No curso desse ano foram realizados 611 ataques contra as posições fortificadas portuguesas, nos quais foram tomadas importantes posições fronteiriças de Balana e Gandembel, “depois de nove meses de luta corajosa, assim como de Madina do Boé, vitória que completou com a libertação total desta importante região”<sup>26</sup>.

Em 1970 algumas operações militares de grande importância foram concluídas com sucesso pelas forças do P.A.I.G.C. No relatório de Outubro desse mesmo ano são mencionadas essas operações, das quais citam-se as mais relevantes: “*Fevereiro, um ataque...*”.

### **O dispositivo militar do P.A.I.G.C. visto por militares portugueses**

Bethencourt Rodrigues<sup>27</sup> analisa a situação militar da Guiné na fase final da luta armada (1973) fazendo as seguintes considerações<sup>28</sup>: “o P.A.I.G.C. dispunha de inteira liberdade no Senegal e na República da Guiné e recebia total apoio dos seus governos. O

---

<sup>26</sup> CABRAL, A.; *Mensagem-relatório do camarada Amílcar Cabral aos quadros, combatentes e militantes do Partido*, Conacry: P.A.I.G.C., 1970, p.7, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo-verde).

<sup>27</sup> José Manuel Bethencourt Rodrigues tornou-se General do Exército português em 1972. Entre as suas principais missões e colocações constam: professor e director dos cursos de Estado-Maior; Chefe de Estado

material de guerra que utilizava provinha dos países de leste e era-lhe fornecido em quantidades vultuosas; por outro lado, tratava-se de material moderno e eficiente, adequado às características da luta que se travava. A assistência de instrutores cubanos manifestava-se abertamente e foi levada ao ponto de esses instrutores se internarem em território da Guiné, integrados em unidades combatentes (por exemplo, interceptação dum forte grupo inimigo, com elementos não-africanos, nas proximidades de Canquelifá, na primeira quinzena de Janeiro de 1974)”.

Em termos das acções militares, o P.A.I.G.C. demonstrou uma certa capacidade de organização e de comando, capacidade que se revelou na concretização de esforços nas diferentes frentes de batalha e na coordenação das flagelações executadas nessa fase final da luta armada<sup>29</sup>. Por seu turno, é incontestável que as facilidades oferecidas ao P.A.I.G.C. lhe tenham permitido instalar nesses países as suas bases militares, os seus campos de instrução e os seus órgãos de comando e políticos, bem como a recepção de material de guerra<sup>30</sup>. Este facto conferiu ao Partido a vantagem extraordinária de poder manobrar com segurança total os seus meios, para os concentrar sobre a parte da fronteira onde decidia exercer o esforço. Essa possibilidade adquiriu particular valor na Guiné pela sua própria posição geográfica. Nenhum obstáculo natural criava dificuldades à penetração.

Não menos importante foram as características topográficas que criaram sérias dificuldades à penetração das unidades militares regulares do exército português<sup>31</sup>. Algumas dessas áreas constituíram, desde o início da subversão, zonas de refúgio de guerrilheiros. Na opinião de Bethencourt Rodrigues, “foram essas zonas de refúgio que alguns jornalistas

---

Maior do Quartel General da Região Militar de Angola (1961-1964), comandante da Zona Militar Leste de Angola (1971-1973) e Comandante Chefe e Governador da Guiné (1973-1974). Exerceu, ainda, as funções de Adido Militar e Aeronáutico junto da Embaixada de Portugal em Londres e foi ministro do Exército Português (1968-1970). Bethencourt Rodrigues chegou à Guiné em Setembro de 1973, chamado pelo presidente do Conselho Marcello Caetano, para substituir o general Spínola após a sua permanência na “província” desde 1968. Por despacho da Junta de Salvação Nacional, passou à situação de reserva em Maio de 1974.

<sup>28</sup> DA LUZ CUNHA, J., DE ARRIAGA, K., BETHENCOURT RODRIGUES, J.M., SILVERIO MARQUES, S., *África, a vitória traída (quatro generais escrevem)*, Braga-Lisboa: Editorial Intervenção, sem data, pp.117-118.

<sup>29</sup> Ivi.

<sup>30</sup> Em entrevista, o general Bethencourt Rodrigues afirmou que “o P.A.I.G.C. recebia material de guerra moderno e eficiente em quantidades vultuosas, destacando-se nesse material os foguetes terra-ar, que determinavam alterações na conduta das operações, os RPG 2 e 7, com significativo efeito psicológico sobre o nosso pessoal e os materiais de artilharia e morteiros (...). [“Bethencourt Rodrigues. Do principio ao fim”, in FREIRE ANTUNES, J., *A guerra de Africa (1961-1974)*, vol.I, Lisboa: Temas e Debates, 1996, pp.103-112].

<sup>31</sup>. As características naturais do território da Guiné, reduzida superfície, extensa e aberta fronteira terrestre e envolvimento por Estados que forneciam apoio incondicional ao P.A.I.G.C., as vastas superfícies alagadas e especiais características do regime das marés, exerciam acção de comando e deviam ser consideradas cuidadosamente (BETHENCOURT RODRIGUES, *op.cit.*, p.112).

estrangeiros visitaram, e onde o P.A.I.G.C. instalou os seus hospitais, as suas escolas, as suas lojas comunitárias e os seus órgãos primários de administração”<sup>32</sup>.

Ricardo Durão<sup>33</sup> fala do período em que esteve na Guiné, referido-se sobretudo à facilidade de movimentação das forças do P.A.I.G.C. nas florestas e savanas<sup>34</sup>: “fui para a Guiné como oficial de operações do batalhão, para o leste, uma área fula, que era uma etnia favorável aos portugueses. Era uma área muito extensa, com uma população razoável. Nós andávamos no meio da população com à vontade. Havia amizade (...). O leste não era tão florestal como o resto do território, era savana aberta, onde era muito difícil eles terem esconderijos. De maneira que atravessavam a fronteira com grupos muito fortes que dizimavam aldeias e povoações e pegavam fogo a tudo. Nós tínhamos de intervir e quando o fazíamos deparávamos com grupos militarmente muito fortes que depois saíam. Havia situações em que as forças inimigas eram na ordem dos duzentos homens bem armados. Tinham tudo quanto havia de armamento moderno na altura, ido da União Soviética, da Checoslováquia, etc. Estavam bem organizados, fardados, com aspecto militar, orientação e força (...). Na Guiné eles transitavam livremente alí perto, no Senegal, na República da Guiné, com grupos bem constituídos e bem armados, entravam e saíam com grande capacidade de combate. Mao Tsé-Tung dizia que um guerrilheiro devia estar entre a população como um peixe na água e o P.A.I.G.C. seguia isso (...). Eles tinham o apoio dos comunistas porque tinham que ter um apoio qualquer, mas se nós lhes déssemos apoio para o futuro da Guiné, eles ficariam do nosso lado (...)”.

No entanto, à organização e capacidade de movimentação do Partido de Cabral contrapôs-se uma organização militar portuguesa onde quase cinquenta por cento dos homens armados que defendiam a bandeira portuguesa eram naturais da Guiné<sup>35</sup>. Esta foi uma característica surpreendente na medida em que foi a colónia africana onde este procedimento teve maior peso e significado<sup>36</sup>. Um dos elementos mais significativos na

---

<sup>32</sup> DA LUZ CUNHA, J., DE ARRIAGA, K., BETHENCOURT RODRIGUES, J.M., SILVERIO MARQUES, S., *op.cit.*, p.121.

<sup>33</sup> Ricardo Ferreira Durão é actualmente General do Exército Português na reforma. Realizou quatro missões em África: Angola (1961-1963), Guiné (1965-1967) e (1968-1970) e São Tomé (1971-1974). Acompanhou o processo negocial com forças do P.A.I.G.C. que terminou trágicamente com a morte dos três majores, Passos Ramos, Pereira da Silva e Osório.

<sup>34</sup> DURÃO, R., “Os centuriões”. in FREIRE ANTUNES, J., *op.cit.*, p252.

<sup>35</sup> Ivi.

<sup>36</sup> Segundo o depoimento de Ricardo Durão era frequente haver um alferes branco a dirigir um grupo de trinta homens africanos. Esses soldados nem sempre eram fulas, a etnia tradicionalmente favorável ao colonialismo português, tendo havido também homens das outras etnias do país. De facto, na Guiné, formou-se em 1973-74

condução portuguesa das campanhas foi a africanização das suas forças armadas. Portugal, ao mudar o peso predominante de fornecimento de efectivos da metrópole para o ultramar, teve grandes vantagens: alargou a fonte de efectivos incluindo a população colonial, reduziu as despesas reduzindo os custos de transporte e de treino, manteve grande parte do recrutamento e das baixas longe da metrópole. O recrutamento colonial foi iniciado em 1966, e gradualmente aumentado até 1971. Na Guiné, onde a população era muito limitada, o recrutamento local nunca ultrapassou os 21%. Deve porém considerar-se que os portugueses recrutaram as tropas africanas de acordo com as normas que na altura estavam em vigor, segundo as quais só podiam ser integrados os homens aptos, entre os vinte e os quarenta e cinco anos, para servirem durante dois anos<sup>37</sup>.

Na opinião de Carlos Fabião<sup>38</sup>, foi sob o mandato do general Arnaldo Shultz que a situação na Guiné se agravou drasticamente. Pensa que Spínola introduziu um novo estilo de comando e trazia já um projecto: vencer a guerra no plano político. Para isso, tinha que remover o pessoal instalado e recorrer a novos executantes no terreno. Mas a aposta militar não foi todavia descurada. Coube a Carlos Fabião fazer o primeiro ataque a uma base do P.A.I.G.C. na República da Guiné. A invasão de Conacry, em Novembro de 1970, representou a maximização do esforço de guerra que teve amplos efeitos. No seu depoimento, Fabião<sup>39</sup> refere que “de 1965 a 1967 a situação na Guiné tornou-se bastante má. Tínhamos perdido o controlo de uma série de áreas, havia sítios onde praticamente já não entrávamos. Já havia muita gente nossa na Guiné, mas havia áreas como o Morés, o Sara Sarvoi, o Boé, Quitafine, Cantanhês, onde estávamos mal. Enquanto lá estive houve duas célebres operações no Cantanhês que foram dois desastres militares completos (...). O P.A.I.G.C. estava melhor armado do que nós. Eles utilizavam a RPG e nós não tínhamos nenhuma arma com as características da RPG. A certa altura, começou a haver grande falta de moral nas nossas tropas e a todos os destritos onde íamos, levávamos pancada. Tite começou a ser uma desgraça (...). O P.A.I.G.C. tinha foguetões terra-terra de 122 mm, que faziam fogo a 17

---

uma companhia de comandos africanos, comandada por um africano. Este facto deveu-se precisamente à incapacidade numérica dos portugueses em estar presente em todas as zonas que controlavam. (Ivi).

<sup>37</sup> WHEELER, D.L., “African elements in Portugal’s armies in Africa (1961-1974)”, *Armed Forces and Society*, vol.II, nº.2, 1976, pp.233-250; Estado Maior do Exército, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, Dispositivo das nossas forças na Guiné, vol.III*, Lisboa: Estado Maior do Exército, 1989; *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa: Estado Maior do Exército, 1990.

<sup>38</sup> Carlos Fabião foi Tenente-Coronel e General graduado do Exército Português. Fez quatro missões na Guiné (1955-1961, 1965-1967, 1968-1970, 1971-1973) e uma em Angola (1961-1963). Actualmente é reformado.

<sup>39</sup> FABIÃO, C., “Milícias negras”, in FREIRE ANTUNES, J., *op.cit.*, p.367.

quilómetros, enquanto a nossa arma mais importante só fazia fogo a dez quilómetros (...). Quando apareceram os Strela, a guerra da Guiné acabou. Deixámos de ter possibilidades de acção. Não é fácil dizer que a situação estava perdida, embora haja gente que faça análises pouco sérias, na minha opinião (...)

Carlos Fabião refere ainda que o P.A.I.G.C. conseguiu atingir um alto nível de organização militar porque pôde contar com os apoios internacionais, nomeadamente da União Soviética, de Cuba, da Suécia, da Noruega (estes dois últimos forneciam sobretudo automóveis, material escolar e material sanitário). O armamento era fornecido sobretudo pela União Soviética<sup>40</sup>. Da mesma forma, Bethencourt Rodrigues afirma que o aparecimento de novos foguetes terra-ar, em Março de 1973, com absoluta surpresa para os portugueses, determinou grandes alterações na conduta das operações, favorecendo as forças do P.A.I.G.C.<sup>41</sup>; sublinha, no entanto, o normal funcionamento das instituições coloniais no mesmo período, “embora sob influência daqueles condicionamentos”, isto é, da situação de guerra, “que em maior ou menor grau, punham questões de segurança de pessoas e bens, ampliava margens de incerteza nas previsões, criavam distorções nos mecanismos de gestão, afectavam relações sociais”<sup>42</sup>. Na sua opinião, a guerra colonial na Guiné não estava militarmente perdida, concordando com algumas opiniões que defendiam a *falsidade* das afirmações de o P.A.I.G.C. controlar dois terços do território na última fase da luta armada, e que afirmavam que as tropas portuguesas transitavam sem quaisquer impedimentos em quase todos os pontos do território. Apesar de defender a supremacia portuguesa em termos globais, Bethencourt Rodrigues termina escrevendo o seguinte: “certo é que as guerras sempre foram e continuarão a ser lutas de vontades... e não só das vontades dos combatentes. Neste caso, essas vontades poderão ter significado o contexto internacional da época, no qual o P.A.I.G.C. pôde contar com o apoio não só de países socialistas e comunistas, mas com todo o sistema das relações internacionais.

Na última fase da guerra, o povo português estava desmoralizado com as consequências devastadoras (sobretudo económicas, políticas e morais) que esta tinha causado ao Estado, que há mais de uma década vinha suportando altos custos materiais e humanos nas diversas frentes de combate (Guiné, Angola e Moçambique). O impacto que a

---

<sup>40</sup> FABIÃO, C., “Milícias negras”, in FREIRE ANTUNES, J., *op.cit.*, p.371.

<sup>41</sup> DA LUZ CUNHA, J., DE ARRIAGA; K., BETHENCOURT RODRIGUES, J.M., SILVERIO MARQUES, S., *op.cit.*, p.127.

<sup>42</sup> *Ivi*, p133.

revolução 25 de Abril de 1974 teve no andamento da questão colonial foi decisiva e determinou o evoluir da situação global colonial, mas esse é um aspecto que, apesar de importante para a compreensão de alguns aspectos internacionais ligadas à história da descolonização, em particular da Guiné, faz parte de um período sucessivo que transcende a presente análise.

Em termos de preparação militar, apesar de o sistema de treino das tropas portuguesas estar teóricamente bem concebido, na prática havia falhas. Originalmente destacadas para uma zona de acção, embora estivessem doutrinadas na guerra subversiva<sup>43</sup>, não estavam especificamente preparadas para atacar de forma agressiva. A tendência era a de restringir-se ao acampamento local e apenas reagiam aos ataques do inimigo. Com a experiência negativa adquirida nos primeiros anos de guerra, os líderes militares adoptaram um novo conceito organizacional, baseado em operações de pequenas unidades. Esta mudança tornou-se mais evidente na Guiné após a chegada do general Spínola em 1968. O general não só pôs em prática este novo conceito, como também o inspirou às unidades de guerrilha do P.A.I.G.C..

Estas unidades, chamadas bigrupos, assemelhavam-se a uma unidade de combate português, mas mais reforçado. O bigrupo, constituído após a reorganização de 1966 das FARP, consistia em grupos de cerca de vinte a vinte e cinco homens, normalmente alinhados da seguinte forma: o chefe, o comissário político, três lança-granadas, três carregadores de lança-granadas, três atiradores de metralhadoras ligeiras, três carregadores de metralhadoras ligeiras, nove atiradores e três atiradores furtivos.<sup>44</sup>

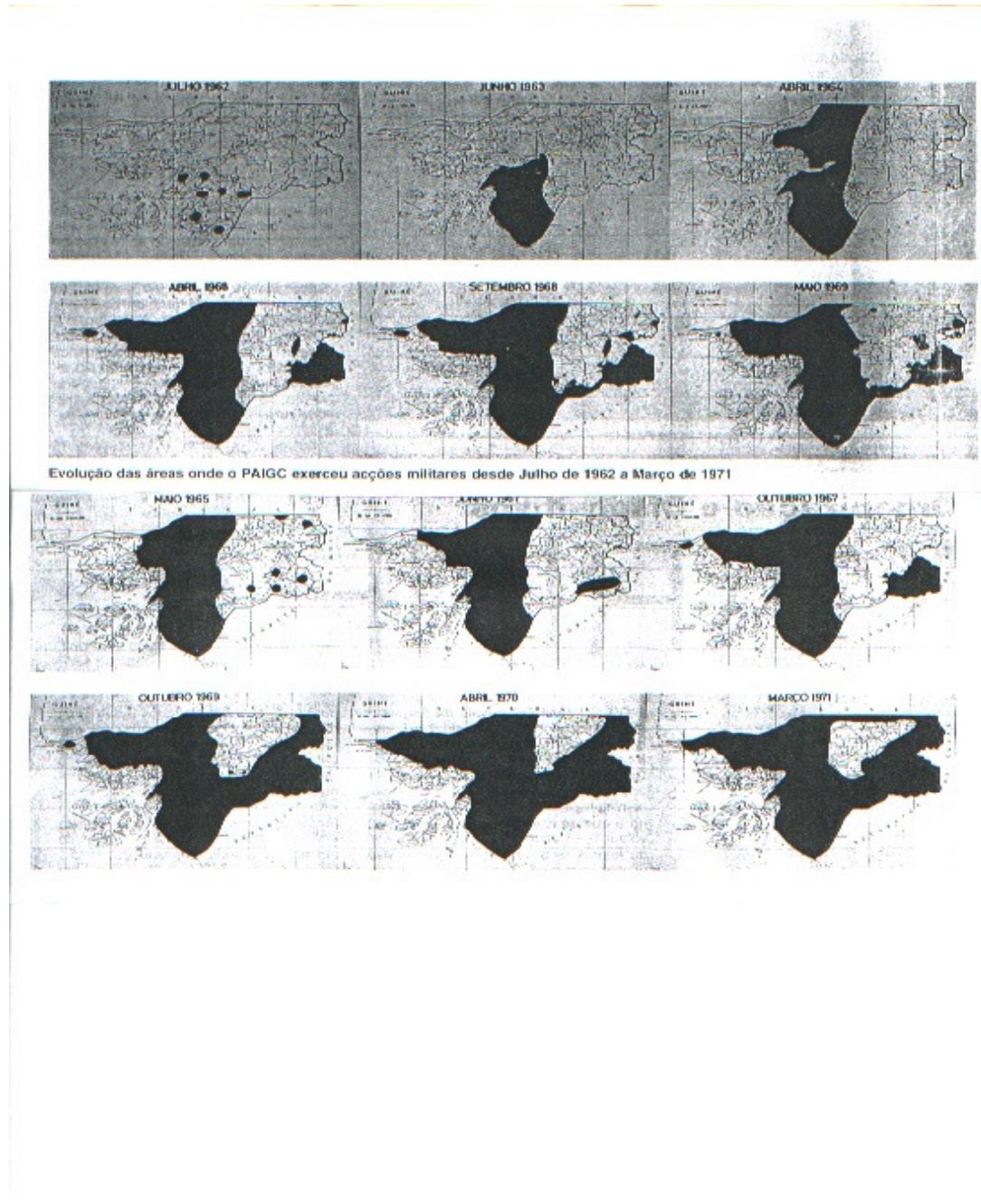
As unidades mais pequenas eram muito mais móveis e adaptava-se melhor às características topográficas da Guiné do que uma companhia com um batalhão, e eram capazes de concentrar o seu poder de fogo com maior eficácia do que as unidades maiores e mais pesadas, dadas as limitações do terreno de combate. Daí derivou o interesse português em adaptar a organização das suas forças armadas às condições específicas da guerra na Guiné, sendo assim claro o facto de que nesse aspecto a organização militar do

---

<sup>43</sup> A guerra subversiva é, em regra, travada no plano militar, sob a forma de guerrilhas. Podem, no entanto, existir guerras subversivas sem que necessariamente incluam operações de guerrilha. Sobre este tema veja-se: CABRAL COUTO, A., *Elementos de estratégia-apontamentos para um curso*, Lisboa: Instituto dos Altos Estudos Militares, 1989, p.213; SOUSA LARA, A subversão do Estado, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-ISCSPP), 1987, pp.192-197.

<sup>44</sup> BIGGS DAVIDSON, J., *Portuguese Guinea*, London: Congo Africa Publications, 1970, pp.21-22; CHABAL, P., *Amilcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p.99.

P.A.I.G.C. demonstrou ser, na primeira fase da luta armada inferior à portuguesa, e na última fase da guerra mais adequada às características do território.



Evolução das regiões libertadas da Guiné-Bissau (1962-1971)  
Fonte: Fundação Mário Soares, Lisboa.